

ACORDO DE COLIGAÇÃO

PARA AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS E EUROPEIAS DE 2024

- 1.** Os órgãos nacionais do Partido Social Democrata (PSD), do CDS-Partido Popular (CDS-PP) e do Partido Popular Monárquico (PPM) decidiram formar a Aliança Democrática para o atual ciclo político, incluindo as eleições legislativas e as eleições europeias de 2024, com o propósito de oferecer a Portugal a mudança política necessária e um Governo ambicioso, reformista, moderado estável e maioritário.
- 2.** A Aliança Democrática é composta pelos três partidos, PSD, CDS-PP e PPM, e um conjunto de Personalidades Independentes com espírito reformista e moderado, é a opção mais credível de governo para a próxima legislatura e é a única capaz de superar e vencer este ciclo de 8 anos de governação socialista.
- 3.** A decisão dos órgãos próprios do PSD, do CDS-PP e do PPM é tomada colocando o interesse nacional acima de tudo e tendo em atenção a realização do bem comum e a necessidade imperiosa e urgente de uma mudança política e de políticas face à oportunidade perdida e aos múltiplos falhanços de mais de 8 anos de governação socialista, designadamente:
 - i.** O empobrecimento de Portugal e a sua ultrapassagem por tantos países europeus em diversos critérios para avaliar o nível de desenvolvimento das nações, assente num modelo de baixos rendimentos, com crescimento do número de portugueses que auferem apenas o salário mínimo nacional e estreitando-se o diferencial para salário médio, com a conseqüente perda de poder de compra sofrida principalmente pela classe média;
 - ii.** O agravamento da carga e esforço fiscal para máximos que financiam serviços públicos que estão em mínimos;
 - iii.** A degradação profunda do Estado Social, especialmente grave na Saúde – com a crise nas urgências, duplicação do número de portugueses sem médico de família, agravamentos de tempos de espera para consultas e cirurgias e falta de cuidados continuados e cuidados paliativos – e na Educação – com o conflito e desvalorização dos professores, perda não recuperada de aprendizagens e a troca da exigência no ensino por prioridades de doutrinação ideológica das crianças e jovens. A degradação verificou-se também ao nível da Segurança, com o desinvestimento nas forças de segurança e a desordem no controlo das fronteiras com a extinção do SEF, bem como na Justiça, nos transportes, na habitação e no atendimento dos serviços públicos, em que o Estado funciona hoje pior. O caminho socialista parece empenhado em tornar o Estado social num refúgio, de fraca qualidade e difícil acesso, para os portugueses com menores recursos;

- iv.** A crise na habitação, largamente causada e agravada pela incapacidade governativa de fomentar a oferta de novas casas e por bloqueios ideologicamente motivados;
- v.** Os elevados níveis de emigração jovem qualificada, principalmente motivada pela falta de oportunidades, nível de desemprego jovem muito elevado (taxa de 20,8% de acordo com os últimos dados do INE), baixos rendimentos, tributação excessiva, queda do prémio de qualificações e elevados custos da habitação;
- vi.** A persistência e até agravamento de inaceitáveis níveis de pobreza, exclusão social e desigualdades, particularmente antes de prestações sociais, combinados com uma cultura de crescentes dependências económicas e sociais de prestações públicas, acompanhada pela desconfiança e até desprezo das instituições sociais e de solidariedade, das comunidades locais, e do papel fundamental da família na sociedade;
- vii.** O desinvestimento na competitividade da agricultura, na valorização do mundo rural e na coesão territorial;
- viii.** Uma governação e cultura políticas que sacrificaram a exigência ética, a responsabilidade política, a transparência e integridade na gestão pública, e cuja perpetuação no poder alimentaram a voragem do controlo e instrumentalização partidária do Estado e dos recursos públicos;
- ix.** A incapacidade reformista do Governo para resolver os problemas estruturais do País e aproveitar as suas vantagens comparativas, bem como o efeito das reformas anteriores realizadas e as circunstâncias externas favoráveis, designadamente o maior volume de fundos europeus disponibilizados à economia portuguesa, o período passado de baixíssimas taxas de juro, os processos de transição digital, energética e descarbonização, e o movimento de realocização das cadeias de produção;
- x.** A receita errada para o indispensável equilíbrio das contas públicas, que se baseou numa combinação de fatores conjunturais como a política monetária favorável do BCE e depois o efeito da inflação, com opções políticas fundamentalmente erradas, apostando no agravamento recorde da carga fiscal e no corte no investimento público para compensar aumentos ineficientes da despesa pública estrutural;
- xi.** Os erros motivados por radicalismo ideológico altamente penalizadores dos portugueses, contribuintes e utilizadores dos serviços públicos, desde a nacionalização da TAP à extinção das PPPs na saúde, da cessação dos contratos de associação nas escolas aos ataques à propriedade privada na habitação, das quebras de segurança jurídica em relação aos investidores nacionais e estrangeiros à nacionalização de empresas privadas, da intromissão na gestão e relações acionistas de empresas privadas até ao enfraquecimento e tentativa de dominação das instituições independentes de regulação económica e de justiça. A afinidade da anterior e atual liderança do Partido Socialista com os partidos da esquerda radical auguram a continuação destas tendências.

- 4.** A Aliança Democrática propõe-se oferecer aos portugueses uma alternativa ambiciosa, reformista e moderada capaz de gerar uma efetiva Mudança Política e de políticas que:
- i.** Tenha muita Ambição para Portugal, com os desígnios de alcançar níveis elevados de crescimento que coloquem o País entre os melhores da Europa e acima daqueles com que atualmente nos comparamos; em que a geração dos jovens portugueses possa viver melhor que a dos seus pais e avós e deixe de ter de emigrar em busca de oportunidades; em que as pessoas possam concretizar os seus projetos pessoais de realização e mobilidade social e subir na vida pelo seu esforço e mérito, numa sociedade mais justa;
 - ii.** Demonstre coragem reformista orientada para o reforço dos rendimentos de todos os portugueses e o crescimento da economia sustentados no aumento da competitividade das empresas e do investimento, na qualificação dos portugueses e criação de emprego qualificado, na inovação e geração de valor acrescentado, no reforço do Portugal empreendedor e exportador, na valorização do mundo rural e do investimento na agricultura, e tendo em atenção os efeitos das alterações climáticas, os fenómenos de seca extrema e a importância da transição energética;
 - iii.** Salve e reabilite o Estado Social do definhamento em curso, e que assegure a todos os portugueses a saúde, educação e habitação acessíveis e com qualidade, incluindo exigência na educação e serviços de saúde e de proteção social adequados a uma população cada vez mais envelhecida e com mais longa esperança média de vida;
 - iv.** Seja moderada, colocando a dignidade da pessoa humana no centro e como prioridade da ação política, adotando uma cultura de tolerância e de respeito pelo pluralismo, e repudiando extremismos ou populismos de qualquer ponto do espectro ideológico ou partidário;
 - v.** Assuma forte consciência social, para combater a pobreza, reativar a mobilidade social, garantir que ninguém fica para trás, valorizar a família como célula fundamental da vida económica, social, cultural, educativa e cívica da sociedade, e que aposte nas políticas de natalidade e volte a confiar nas instituições sociais do terceiro setor;
 - vi.** Seja defensora da liberdade, da igualdade de oportunidades e da solidariedade, da segurança dos cidadãos e da defesa do País, respeitadora da propriedade privada da livre iniciativa económica, e empenhada num desenvolvimento sustentável;
 - vii.** Governe com elevada exigência ética, integridade, responsabilidade política, respeito pela separação de poderes e pelas instituições, e empenho efetivo no combate à corrupção e tráfico de influências;
 - viii.** Seja europeísta, lusófona e atlantista, apostando na participação ativa no processo de integração europeia, na valorização da cultura, valores, língua e das comunidades portuguesas, e no compromisso firme com a pertença à União Europeia, ao Euro, à CPLP e à NATO, demonstrado pela ação e programa políticos e pela estratégia de alianças partidárias domésticas e internacionais;

- ix.** Defenda a abertura de Portugal ao exterior, relativamente às pessoas, ao comércio internacional, ao investimento e à cultura, com uma regulação e rigor que preservem o interesse e os valores nacionais, a confiança no Estado português, a segurança e o bem-estar de todos, o humanismo na integração, e o desenvolvimento económico, social e ambiental sustentável;
 - x.** Assuma o compromisso com a gestão sustentável das finanças públicas, em que o equilíbrio orçamental e redução da dívida pública sejam condições e meios indispensáveis que devem ser prosseguidos de modo saudável, revertendo a estratégia recente de “carga fiscal máxima para serviços públicos mínimos”, priorizando a baixa de impostos sobre os rendimentos das famílias e das empresas, e recuperando o investimento público para resgatar o Estado Social do seu definhamento em curso; e que,
 - xi.** Promova estabilidade política construída em diálogo aberto, construtivo e participado com os diferentes atores e instituições da sociedade, e retomando a centralidade do diálogo social com os parceiros sociais, de modo a Unir os portugueses.
- 5.** Os três Partidos têm identidades diferentes e continuarão a honrar a sua história e a sua singularidade na avaliação de valores fundamentais e de consciência. Mas o PSD, o CDS-PP e o PPM têm cultura de compromisso, capacidade de entendimento e experiência de Governo. Essa mais-valia não existe noutros sectores políticos. O presente acordo preserva a autonomia dos partidos subscritores.
- 6.** A Aliança Democrática que PSD, CDS-PP e PPM decidiram formar envolve a constituição de listas eleitorais legislativas e europeias de 2024. Serão baseadas na ponderação global dos resultados que os três Partidos obtiveram em anteriores eleições legislativas e europeias, cumprirão os preceitos legais de igualdade de género e incluirão sectores independentes e inovadores que se juntem e contribuam para um projeto vencedor.
- 7.** A Aliança Democrática tem o horizonte do atual ciclo político, respeitando as autonomias regionais e locais relativamente aos entendimentos quanto às eleições de 2023 (Região Autónoma da Madeira), de 2024 (Região Autónoma dos Açores) e de 2025 (autarquias locais).
- 8.** Em consequência deste acordo, PSD, CDS-PP, PPM e independentes terão como prioridade apresentar aos Portugueses um programa orientado para um futuro ambicioso e solidário nos seus objetivos, realista e sustentável nas suas propostas, reformador e moderado na sua atitude. Esse programa deverá beneficiar de contributos das equipas dos três Partidos, de personalidades e grupos de independentes e em geral de uma abordagem aberta e participada com a sociedade civil e as suas instituições.
- 9.** A Aliança Democrática parte com a ambição de vencer e sabe que muitos Portugueses desejam um debate sério, profundo e rigoroso sobre as ideias das principais forças políticas. É por isso que tenciona fazer uma campanha pela positiva que dignifique a democracia.

10. A Aliança Democrática acredita que a maioria dos Portugueses decidirá prestigiar Portugal e abrir um ciclo de merecida esperança. Conta com cada Português e governará para todos com ambição, moderação, ética, humanismo, sentido de responsabilidade, isenção e tolerância. Os Portugueses contam com a Aliança Democrática.

I

O PSD, o CDS/PP e o PPM apresentar-se-ão às eleições legislativas e às eleições europeias de 2024 em listas conjuntas da coligação Aliança Democrática, que incluirão também personalidades independentes reconhecidas pelo seu mérito e contributo para a sociedade, e com o objetivo de oferecer a Portugal um projeto político de mudança política com ambição reformista e moderação, exigente sentido ético e com estabilidade política.

II

A coligação Aliança Democrática assentará num conjunto de linhas programáticas e que tomarão como base o trabalho já realizado por cada um dos partidos, aberto a contributos da sociedade portuguesa e tendo em consideração os compromissos internacionais.

III

A composição das listas conjuntas obedece, no que respeita à proposta e ordenação dos candidatos de cada um dos Partidos nas mesmas, ao critério da ponderação global dos resultados obtidos em cada círculo eleitoral em anteriores eleições legislativas e europeias, atendendo à lei da paridade e promovendo a inclusão de personalidades independentes.

IV

- 1.** No respeito pela identidade de cada um dos partidos, os deputados de cada partido constituirão um grupo parlamentar autónomo.
- 2.** As vagas ocorridas são preenchidas pelo candidato imediatamente a seguir do partido pelo qual foi proposto o deputado que deu origem à vaga.

V

A coligação Aliança Democrática constituirá órgãos próprios de coordenação política em documento autónomo.

VI

A decisão sobre as matérias relativas às regiões Autónomas dos Açores e Madeira respeitará a autonomia estatutária dos órgãos regionais do PSD, do CDS-PP e do PPM.

VII

Os três partidos comprometem-se a apoiar a coligação candidata às eleições regionais dos Açores de fevereiro de 2024, a constituírem listas conjuntas às eleições europeias de 2024 e a apoiarem entendimentos de base local para as eleições autárquicas de 2025.

Porto, 7 de janeiro de 2024

Presidente PPD-PSD
Luís Montenegro

Presidente CDS-PP
Nuno Melo

Presidente PPM
**Gonçalo da Câmara
Pereira**